

O funcionamento discursivo do telejornal “Notícias” do Canal Rural¹

RESUMO

O trabalho é um estudo da produção de sentidos no jornalismo rural, através do telejornal “Notícias”, do Canal Rural. Procura analisar os processos de construção discursiva e de produção de sentidos e o funcionamento discursivo do “Notícias”. Tem como referencial teórico-metodológico a Análise de Discurso.

ABSTRACT

This article examines the production of meaning in Rural Journalism taking as an example the newsprogram “Notícias” of the Brazilian Rural Channel. It analyses the process of discursive construction and meaning production as well as the discursive works of the program. Its theoretical frame of reference is discursive analysis.

PALAVRAS-CHAVE/KEY-WORDS

- Jornalismo Rural (Rural journalism)
- Análise de Discurso (Discursive analysis)
- Televisão (Television)

Ângela Cristina Trevisan Felippi²
Prof. da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Introdução

O TEXTO PROPÕE UMA análise da produção de sentidos no jornalismo rural, através do telejornal “Notícias”, do Canal Rural, veículo de abrangência nacional, pertencente ao grupo Rede Brasil Sul de Telecomunicações – RBS –, maior grupo de comunicações do sul do Brasil. O Canal Rural existe desde novembro de 1996, atualmente disponível aos assinantes de TV paga a cabo e por satélite, dos sistemas Net e Sky, respectivamente, no canal 35. O “Notícias” é um dos principais programas jornalísticos do veículo.

Parto do entendimento da mídia como local de produção de sentidos e do jornalismo como construtor da realidade social através da notícia. Procuro analisar os processos de construção discursiva e de produção de sentidos e o funcionamento discursivo do “Notícias”, mapear as vozes presentes e identificar os sentidos que esse

discurso pretende institucionalizar e aqueles que pretende apagar. O presente trabalho tem como referencial teórico-metodológico a Análise de Discurso – AD –, a partir de Pêcheux e de Foucault. Utilizo também os autores Ducrot, Authier-Revuz, Maingueneau, Bakhtin, entre outros teóricos da AD, do jornalismo, da televisão e da Sociologia Rural.

1 O discurso jornalístico

Estudar o jornalismo através do referencial teórico-metodológico da AD implica problematizar a relação referencial da linguagem com o real. A linguagem não descreve, ela constitui o que representa, produz significados, é, portanto, processo produtivo. A referencialidade torna-se uma ilusão. O jornalismo, desta maneira, constitui o dado pela enunciação, e a notícia – a produção de acontecimento pela linguagem – cria sentidos enquanto medeia as diferentes instâncias do social.

Analisar a prática jornalística a partir da AD é entender que essa prática é feita tendo como base a linguagem como representação do real e notícia como relato dos fatos. Os critérios de noticiabilidade, que norteiam a

prática jornalística, apregoam que a notícia deve ser recente, inédita, verdadeira, objetiva e de interesse público.

O discurso jornalístico é estudado aqui a partir de seu funcionamento discursivo, atividade estruturante de um discurso (Orlandi, 1996), e de seu processo produtivo, que tem um modo de produção (da notícia), com critérios próprios (de noticiabilidade), que aponta para seu funcionamento. Entender o noticiar como um processo produtivo permite situá-lo numa rede produtiva, com um modo de produção da notícia, definido a partir de seu processo histórico de constituição.

A notícia é também um produto mercadológico, com um modo de produção com critérios comuns a toda a imprensa e particularidades – linha editorial de cada empresa, relações com anunciantes, impressões dos jornalistas – que garantem as condições de produção do discurso jornalístico.

O jornalismo, cotidianamente, contribui para a construção da realidade social, através da construção discursiva de uma pequena parte dos acontecimentos. A mídia estabelece parâmetros para delimitar os efeitos que cabe considerar como acontecimentos, através do modo de produção da notícia, um processo que envolve a produção, o consumo e a

circulação da informação. Noticiar, então, é tornar acontecimentos visíveis, determinando um sentido e impedindo que sentidos indesejáveis circulem (Mariani, 1998). As notícias se reinscrevem sob o efeito ideológico de evidência, da obviedade, da direção de sentidos desejada, determinada politicamente pela formação discursiva hegemônica.

Gómez (sem data), ao explicar a notícia como âmbito de construção da hegemonia discursiva, defende que a produção do consenso que implica a mediação informativa é um processo que envolve todas as situações e os atores do processo de produção da notícia: grupos proprietários dos veículos de comunicação, forças políticas, audiência e jornalistas. Na medida em que veicula os diferentes discursos sociais, funcionando como espaço de construção da hegemonia discursiva, a mídia é um espaço privilegiado de exercício e disputas de poder. O consenso vai se delineando num jogo de forças tenso entre os discursos que constroem visões de mundo. São as “lutas pelo significado”.

O discurso jornalístico, no que tange a sua tipologia, é do tipo autoritário³. Para Berger (1998), o discurso jornalístico é híbrido, sendo informativo e autoritário e podendo ainda incluir outra classificação (como opinativo, polêmico, persuasivo, irônico, etc.), de acordo

com as características de cada veículo de comunicação.

O discurso jornalístico é discurso polifônico, várias vozes falam através dele. No “Notícias”, estão presentes as vozes dos produtores, repórteres, apresentadores, cinegrafistas, editores, donos do canal e das diversas fontes. Mas busca apagar os muitos enunciadores que possui, congregando o apagamento das posições enunciativas dos “sujeitos-jornalistas” e as posições enunciativas que se mostram (nas vozes dos articulistas, cronistas ou no espaço editorial), resultando numa unificação do conjunto das vozes que interfere nos efeitos de sentidos do discurso. Assim, o discurso jornalístico se caracteriza pelo direcionamento dos sentidos desejados, através do agendamento dos campos de assuntos para o leitor/ouvinte/telespectador e das direções de leitura para tais assuntos, tendendo à paráfrase.

2 O contexto histórico-social

O contexto histórico-social faz parte das condições de produção de um discurso, apontadas por Pêcheux (1990: 77): “Um discurso é sempre pronunciado a partir de determinadas condições de produção

dadas”.

De todos os elementos que integram o contexto histórico-social, três são fundamentais para o estudo desse objeto: o processo de modernização da agricultura, a formação da editoria de rural e a segmentação da televisão. A data de partida para o estudo das três é a metade do século. Foi no final dos anos 40 que começou o processo de modernização do campo brasileiro, com a criação de políticas oficiais de desenvolvimento rural e a conseqüente implantação do serviço oficial de extensão rural. Também foi na metade do século que a editoria de rural começou a ganhar força, muito em decorrência da modernização. Aos poucos, a editoria de rural passa de um espaço de certa forma marginal nos meios de comunicação para se tornar, mais tarde, uma editoria autônoma, com faturamento próprio, conseqüência da modernização da agricultura. E, por fim, foi em 1950 que a televisão chegou ao Brasil, como um símbolo de modernidade, inicialmente regional e urbana, depois adquirindo abrangência nacional e, nos últimos anos, segmentada e por assinatura.

A relação da televisão com a temática rural foi se constituindo a partir dos anos 60 até chegar a 1996, com a criação do primeiro canal com programação totalmente dedicada a essa

temática. Nesse momento, já havia mercado consumidor de informações, um mercado de anunciantes e um padrão editorial formado, resultados da modernização - que integrou a agricultura brasileira ao modelo agroindustrial -, do uso da comunicação pela extensão rural, da expansão da televisão para todo o país.

3 O “Notícias”

No estudo do processo produtivo do “Notícias”, a etapa mais contemplada nesta pesquisa é a da produção. Nela, há diversos elementos envolvidos: os critérios de noticiabilidade (gerais para toda a imprensa), a linha editorial do veículo (particular), a infra-estrutura do Canal Rural e os interlocutores (jornalistas, proprietários do canal, forças políticas e audiência), os quais analiso.

O Canal Rural foi o primeiro canal de televisão a dedicar sua programação ao público de alguma forma ligado ao campo, seja pelos aspectos econômicos, sociais ou culturais. São 18 horas de programação diária sobre clima, preços agrícolas, questões relacionadas à política e ao mercado agrícola, técnicas de produção agropecuária, gastronomia, saúde, música regional e variedades. Isso na forma de telejornais,

boletins, clipes musicais, programas de debates, de entrevistas, do tipo revista e do tipo “como usar” determinada técnica.

Com sede em Porto Alegre, o Canal Rural tem duas linhas de programação: informativa e de entretenimento. A cobertura jornalística é garantida por uma equipe de aproximadamente 40 pessoas, a maior parte dela localizada em Porto Alegre, Brasília, São Paulo. Há alguns correspondentes espalhados pelo país. O Canal Rural conta com o suporte das equipes de jornalismo da RBS e de algumas emissoras conveniadas em alguns pontos do país. Os estúdios do veículo estão localizados em Porto Alegre, Brasília e São Paulo.

O “Notícias” tem uma estrutura semelhante à dos telejornais de canais abertos, para públicos não-segmentados, mas sua temática é rural. Pode-se inferir que ele noticia o rural tendo em vista o público rural e o urbano. Vai ao ar em três edições diárias – manhã, tarde e noite –, sendo que a da manhã é feita ao vivo e reprisada ao meio-dia, a edição da tarde é feita também ao vivo e a da noite é gravada. É veiculado de segunda-feira a sábado. As edições de sábado reprisam as principais matérias da semana. Os telejornais são apresentados dos estúdios de Porto Alegre, com participações

dos estúdios de Brasília e de São Paulo. Há espaços informativos e opinativos. Os comentaristas são os jornalistas Ana Amélia Lemos e Rogério Mendelski, dois dos principais articulistas do grupo RBS, que fazem os comentários político-econômicos, e o jornalista Antônio Reche, que comenta sobre o mercado agro-pecuário.

O programa é feito para o público ligado ao agronegócio, o que pode ser comprovado pela temática, voltada para os assuntos relacionados à economia e política agrícola, principalmente. O acompanhamento que fiz do “Notícias” permite fazer algumas constatações a partir da observação empírica:

1) predominam as notícias de fatos ocorridos no Rio Grande do Sul, Brasília, Santa Catarina, São Paulo e Paraná, e notícias que se referem ou dizem respeito ao país como um todo e ao exterior;

2) a maior parte das matérias é feita no Rio Grande do Sul, Distrito Federal e Santa Catarina;

3) a maior parte das matérias sobre fatos dos Estados do Nordeste é feita em Brasília;

4) a maior parte dos serviços e comentários fixos do programa é feita no Rio Grande do Sul (de preços e mercado,

de direito trabalhista agrário, de meteorologia e político). Somente os comentários político-econômicos, de Ana Amélia Lemos (Distrito Federal), e de mercado de Antônio Reche (São Paulo) são feitos de outro local;

5) a maior parte das matérias é feita nas capitais dos Estados, sendo que, das feitas no interior, predominam as realizadas no Rio Grande do Sul;

6) a maior parte das entrevistas é feita no estúdio de Brasília. As demais são feitas nos estúdios de Porto Alegre e São Paulo;

7) o programa noticia mais sobre economia, vindo a seguir política, assuntos de geral, saúde, ecologia/meio ambiente, turismo, cultura e variedades e gastronomia;

8) geralmente, no final do programa, há uma matéria considerada “leve”, sobre gastronomia, curiosidade, saúde ou cultura, semelhante ao que ocorre nos telejornais em geral;

9) predominam as fontes governamentais, especialmente do governo federal. Também são fontes constantes técnicos do setor, agricultores, empresários ligados ao agro-negócio, lideranças sindicais e de associações, representantes de movimentos sociais, de organizações não-governamentais, parlamentares e consumidores.

O “Notícias” é feito para ser um telejornal nacional. Entretanto, não o consegue, pelas limitações de infraestrutura. O problema é reconhecido pela direção do veículo. A própria coordenadora de programação, Adriana Paranhos⁴, afirma que a produção recebe manifestações de várias partes do país dizendo que há muitas notícias do Rio Grande do Sul no programa. A direção do Canal Rural acredita que o problema será resolvido no futuro, com a contratação de equipes e ampliação de parcerias com emissoras de TV do país. A parceria estabelecida com emissoras de TV de outros Estados garante a entrada eventual de matérias. A dificuldade de transmissão do sinal, que encontraria barreiras no percurso de São Paulo para Porto Alegre, é outro problema apontado pela coordenadora para justificar o problema.

Assim, no “Notícias” a ilusão do jornalismo como referência de mundo torna-se mais evidente, já que não consegue dar conta dos assuntos que seríamos considerados mais importantes a partir dos critérios de noticiabilidade, tarefa inviabilizada pela falta de infraestrutura do veículo, que não o permite chegar a todas as regiões do país e, muito menos, ao que acontece efetivamente no meio rural do Brasil todo. Para afirmar-se como nacional,

usa artifícios como eventuais matérias de Estados do Norte e Nordeste, feitas pelas emissoras de televisão conveniadas ou pelo Canal Rural através de telefone.

O predomínio dos assuntos econômicos denuncia uma característica da editoria de rural, tanto do Canal Rural como da maioria dos veículos de comunicação do país. O atual padrão da editoria de rural está ligado a sua gênese no Brasil. A formação da editoria num momento de implantação das políticas de modernização, assentadas nas idéias de crescimento econômico como forma de desenvolvimento do meio rural, a partir do aumento da produção e produtividade agrícolas e do uso de tecnologia, interferiram na constituição do padrão editorial.

Um indicativo desse padrão editorial pode ser encontrado nas matérias de culinária, comuns nos telejornais. Nos programas rurais de TV, normalmente essas matérias são vinculadas a outras sobre a produção de determinada cultura. Por exemplo, uma receita de bolo à base de farinha de milho no mesmo programa que traz uma matéria sobre a produção de milho.

A linha editorial do Canal Rural dá outro indicativo dessa afirmação. A cobertura jornalística do Canal Rural privilegia assuntos relacionados à busca da rentabilidade,

construção de uma nova imagem do rural, discussão de políticas públicas, estímulo à tecnologia e ao empreendedorismo. Do padrão editorial constituído a partir das idéias da modernização da agricultura, tem-se, hoje, um padrão identificado com as teorias econômicas e políticas neoliberais, além de conservar elementos da modernização, seja em reportagens difundindo novas técnicas de produção, seja na utilização de termos que remetem ao discurso difusionista.

A coordenadora de produção do Canal Rural descreve a linha editorial do Canal Rural, dizendo que as matérias têm que trazer uma visão positiva do campo, ressaltando os casos dos “agricultores que deram certo”, e têm que desmitificar a imagem do agricultor perante o público urbano, melhorando a imagem do rural perante a opinião pública.

Com algumas particularidades, a linha editorial do Canal Rural segue a da RBS (Normas Editoriais, 1996):

“Manter uma postura independente, isenta e liberal. Estabelecer clara separação entre opinião e informação e entre a linha editorial e a atuação das áreas comerciais. Manter posição apartidária, defendendo a democracia pluralista e representativa. A favor da economia de mercado, da livre iniciativa, da propriedade privada, tendo como limite o interesse social.”

Os critérios de noticiabilidade, a linha editorial, a infra-estrutura do “Notícias” dão indicativos do processo de construção discursiva do programa, e esse, do direcionamento de sentidos dado na instância da produção.

O estudo das vozes, próximo passo da pesquisa, procura abarcar mais um aspecto desse processo: os interlocutores e suas posições enunciativas.

4 As vozes do “Notícias”

Seguindo o método proposto por Ducrot, analiso a polifonia enunciativa do discurso do “Notícias”, identificando as vozes presentes no telejornal, apontando os locutores e enunciadorees desse discurso, as posições de sujeito ocupadas pelos protagonistas do discurso e as perspectivas de enunciação dominantes.

Ducrot (1987) contesta a unicidade do sujeito falante a partir da noção de dialogismo de Bakhtin. Ao desenvolver sua teoria da polifonia enunciativa, o autor distingue falante empírico, locutores e enunciadorees, dizendo que só há polifonia quando se pode encontrar num enunciado mais de uma voz, locutores e enunciadorees. O locutor é a fonte do dizer, designado por “eu” e outras marcas de primeira pessoa, responsável pela enunciação. Para cada locutor (L) há um locutor-enquanto-

pessoa-no-mundo (I), que é o locutor enquanto pessoa socialmente constituída. Representar-se como I é localizar-se de algum modo em um certo conjunto de relações sociais que a própria enunciação recorta. O enunciadoree (E) é a perspectiva da qual se constitui o recorte enunciativo, estabelecida pela posição de sujeito ocupada pelo locutor.

Orlandi, Guimarães e Tarallo (1989) distinguem as representações dos enunciadorees no discurso, que podem ser: um enunciadoree individual - que pode ou não coincidir com o locutor -, um enunciadoree genérico - representação da voz do senso comum e que traz para o texto crenças historicamente constituídas - um enunciadoree universal - voz que se apresenta como se os fatos falassem por si -, e um enunciadoree coletivo - que representa a voz de uma comunidade específica.

A heterogeneidade discursiva, conceito de Authier-Revuz, que remete às diferentes posições enunciativas ocupadas pelo sujeito num discurso, pode ser identificada em dois níveis: um mais superficial, recuperável a partir dos locutores; e outro, menos explícito, que a AD pode resgatar, a partir dos enunciadorees. A heterogeneidade trata da presença do Outro (interdiscurso) no discurso, da alteridade, e pode ser constitutiva (vozes implícitas) ou

constituente (vozes mostradas).

Para proceder à análise foi constituído um corpus, composto de uma semana do telejornal, correspondente à semana de 8 a 12 de março de 1999.

Foram deixadas de lado as edições de sábado, que apenas reprisam as matérias da semana. Como a AD não visa à exaustividade em relação ao objeto empírico, a exaustividade “horizontal”, e sim à exaustividade “vertical” (Orlandi, Guimarães e Tarallo, 1989), alguns recortes foram feitos para se chegar a um corpus específico. Esse corpus específico é formado por oito textos - notícias, entrevistas e comentários -, divididos em 1) espaços informativos e 2) espaços opinativos.⁵

5 Espaços informativos

Os textos extraídos dos espaços informativos são constituídos por:

a) uma matéria de política econômica, b) por uma entrevista com a presidente da União Democrática Ruralista - UDR -,

c) uma matéria sobre as vendas de insumos para a lavoura ,

d) uma entrevista com uma liderança do Movimento Sem Terra (MST).

O primeiro recorte permitiu analisar uma matéria com uma estrutura padrão de apresentação da notícia em televisão, com várias fontes, que apresentam posições diferentes em relação ao fato noticiado, tornando possível apontar como os protagonistas do discurso aparecem na maioria das notícias do telejornal. Já, o segundo, foi escolhido porque versa sobre um dos temas mais polêmicos do meio rural, a reforma agrária, e mostra a forma como um dos protagonistas do discurso - o entrevistador - marca sua fala, não utilizando a estratégia da impessoalidade, característica da posição de sujeito jornalista na enunciação. Nesse texto, as vozes (entrevistador e entrevistado) se complementam, indicando a presença de formações discursivas com relações contratuais.

O terceiro recorte faz um contraponto ao primeiro, apresentando uma matéria feita a partir de uma única fonte, matéria também comum no veículo, e possibilita a análise das marcas da presença de determinadas posições enunciativas a partir das denominações (no caso da palavra defensivos químicos).

Aqui, a perspectiva de enunciação dominante é a da fonte, um representante da indústria de produtos químicos para a

agricultura.

O quarto recorte fez o contraponto ao segundo, com uma entrevista da liderança do MST, onde foi possível vislumbrar a relação de confronto entre duas formações discursivas (FDs) diferentes: a FD dominante na enunciação do sem-terra e a FD dominante na enunciação do jornalista.

De uma forma geral, no nível do locutor, nos espaços informativos, há a presença de um Lo, marcado pela logomarca do Canal Rural, sempre presente no canto direito da tela.

Os locutores que ocupam as posições de sujeito de jornalista (apresentador e repórter) se ocultam pela impessoalidade, apagam-se enquanto sujeitos da enunciação (L). A estratégia da impessoalidade escamoteia a presença do Outro (interdiscurso) e elimina as marcas de subjetividade, da parcialidade inerente a quem enuncia.

Vejamos um exemplo da fala da abertura de uma matéria do primeiro recorte:

Apresentadora: A reindexação da economia assusta o governo. Para combater a elevação dos preços, a equipe econômica lança mão de uma arma já conhecida, os juros mais altos, que passam de trinta e nove para quarenta e cinco por cento ao

ano.

No nível dos enunciadores, perspectiva da qual se constitui o recorte enunciativo, estabelecida pela posição de sujeito, foram identificados enunciadores universais, coletivos e históricos, predominando os dois primeiros.

Há a predominância de determinadas posições enunciativas, que coincidem com a de determinadas fontes e com a do enunciador Canal Rural (Eo), e conseqüentemente, há predominância de determinadas formações discursivas.

6 Espaços opinativos

Nos espaços opinativos, os recortes incluem:

a) um comentário político feito pela jornalista Ana Amélia Lemos,

b) três comentários econômicos da mesma jornalista,

c) e d) comentários políticos do jornalista Rogério Mendelski.

O primeiro recorte foi escolhido por se tratar de um comentário padrão dessa jornalista, sobre política, onde, apesar de estar ocupando um espaço opinativo, a locutora se

marca pela impessoalidade na maior parte da fala, mas quando faz isso, dá voz a outros locutores e a vários enunciadores, assumindo suas posições enunciativas. Quanto ao segundo recorte, trata da análise de três comentários feitos em dias diferentes sobre o mesmo assunto: do início das operações de um grupo empresarial gaúcho do setor de produção de aço na Bolsa de Nova Iorque. O recorte é interessante porque a notícia não se enquadraria no telejornal a partir dos critérios de noticiabilidade (interesse do público e ineditismo), mas ganha destaque em várias edições.

Uma comparação entre os três comentários indicou que ora uma informação é apresentada como objetiva, ora vem através de um outro locutor acionado pelo locutor representado pela comentarista:

Comentarista: O país, disse ele (presidente do Grupo Gerdau), precisa fazer o acerto de suas contas para recuperar a credibilidade aqui fora, que caiu muito por causa da moratória decretada pelo governador de Minas Gerais, Itamar Franco (09/03/99).

Comentarista: A credibilidade do Brasil entre os investidores estrangeiros ficou comprometida com a moratória decretada por Itamar Franco (10/03/99).

Já o terceiro recorte é um comentário

do jornalista Rogério Mendelski, um dos mais polêmicos comentaristas do grupo RBS, sobre a situação do setor agrícola com a desvalorização do real e a guerra fiscal entre os Estados. O comentário sucede uma matéria sobre a reunião de secretários estaduais de agricultura. Nesse recorte, assim como no último, há uma relação de confronto entre as formações discursivas dominantes dos enunciadores (E1 e E2 - posição de sujeito do apresentador e do comentarista, respectivamente) com as dos delocutários (secretários de agricultura de governo do PT). Há uma tentativa de desqualificar esse delocutário:

Comentarista: (...) Agora, o que me preocupa é essa, essa tal guerra fiscal, que alguns secretários insistem em dizer que a guerra fiscal está prejudicando o chamado agronegócio no Brasil, e São Paulo agora parece ter sido o alvo dos secretários do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso (do Sul), dizendo que São Paulo zerou a alíquota do ICMS para as carnes, especialmente para frangos e carne de gado. Olha, se São Paulo zerou, o que Goiás..., o que Mato Grosso (do Sul) e Rio Grande do Sul têm que fazer é zerar também, é zerar também, o que não pode fazer é ficar chorando. Se São Paulo zerou e consegue...

No último recorte, observa-se o mesmo confronto em relação à FD dominante do

enunciador coletivo que ocupa a posição de sujeito de líder do MST. Mendelski comenta o Programa Parceria e Mercado, do governo federal. Antes do comentário, havia sido exibida uma matéria falando da ausência do MST na solenidade de lançamento do Programa. Vamos à parte do recorte:

Comentarista - (...) Então alguma coisa está errada, é o caso que nós temos aí, desses agricultores que se dizem agricultores sem-terra e que tão logo eles ganham um pedaço de terra, eles vendem no primeiro botequim de esquina que eles encontram, prum, aí, sim, prum cidadão que não teve oportunidade de ter a sua terra, e os agricultores sem-terra estão fazendo já quase que um trabalho escravo, eles estão contratando agricultores pra trabalharem nas terras deles. Eles ficam na esquina bebendo cachaça e jogando bilhar e fazem a indústria do assentamento, a indústria da invasão, aí vão pro primeiro acampamento, então isso não pára nunca, isto é uma máquina de fermentação ideológica, que de produtividade, de busca da terra não tem absolutamente nada.

O locutor (L1 – comentarista) traz marcas de subjetividade, como no recorte anterior. Esse recorte é riquíssimo, uma vez que L1 enuncia a partir da mesma perspectiva do governo federal (enunciador coletivo), mas também se remete ao discurso do senso comum sobre os sem-terra, usando um vocabulário chulo, numa fala grosseira. Há

uma tentativa de desviar o foco da questão para a desmoralização da figura do sem-terra e da desarticulação do MST enquanto movimento social, reduzindo a complexidade da questão agrária.

Conclusão

O estudo dos interlocutores tornou possível chegar à polifonia e à heterogeneidade existentes no “Notícias”. No telejornalismo do Canal Rural, diferentes vozes sociais são colocadas em cena. Vozes que se complementam, concorrem ou contrapõem-se, que fazem falar os discursos que circulam na sociedade e que, juntas, a partir de um local - a mídia - produzem também um discurso, o jornalístico, que tem um funcionamento próprio, com regras estabelecidas ao longo de sua existência.

No “Notícias”, a divisão entre espaços informativos e opinativos se afirma na ilusão referencial da linguagem e do jornalismo. Repórteres e apresentadores, enquanto locutores do discurso, usam a estratégia da impessoalidade na maior parte das enunciações, procurando eliminar as marcas de subjetividade, da parcialidade inerente a quem enuncia, e criar um efeito de evidência,

de objetividade e imparcialidade. Porém, ao se chegar nos enunciadores, percebe-se que não existe uma fronteira entre informação e opinião, que é resultado da ideologia da transparência. No nível dos enunciadores, percebe-se que há perspectivas de enunciação predominantes. Mesmo fazendo circular vozes concorrentes e contraditórias, através de fontes jornalísticas que representam setores e correntes de pensamento distintas, há vozes que predominam, não só pela presença mais constante no telejornal como fontes, mas inclusive na enunciação dos jornalistas, que passam a enunciar na perspectiva dessas vozes. As perspectivas dominantes vão ao encontro da voz da emissora, do Canal Rural, aos valores dessa instituição, que como empresa tem interesses econômicos e políticos. Essas perspectivas dominantes remetem a formações discursivas com relações contratuais, com relações não conflitantes.

No “Notícias”, as perspectivas enunciativas dominantes são as do governo federal, dos detentores da propriedade da terra, dos empresários do setor agropecuário, enfim, das forças políticas e econômicas dominantes na sociedade. E os jornalistas do “Notícias” enunciam predominantemente através dessas

perspectivas.

Dessa forma, os sentidos que o “Notícias” pretende institucionalizar vão ao encontro dos valores defendidos pelos segmentos representados pelas perspectivas de enunciação dominantes, que são os valores neoliberais - da propriedade, da auto-regulamentação do mercado, da atividade empreendedora, do uso de novas tecnologias, da mínima interferência do Estado na economia. Já os sentidos que se pretende apagar no “Notícias” são os que vão de encontro a esses valores, que se contrapõem a eles, representados pelos discursos da esquerda e dos movimentos sociais do campo.

O discurso jornalístico do “Notícias”, apesar de ter como característica a polifonia, a heterogeneidade, tem um funcionamento autoritário, direcionando sentidos, contribuindo para a reafirmação de consensos de significação, da hegemonia discursiva. Tende à paráfrase, porque abafa as vozes em conflito na ilusão da objetividade, da verdade.

No funcionamento desse discurso, o jornalístico, fica apagado para o telespectador o processo de construção da notícia e esse embate de sentidos que se dá também na

sua produção .

Notas

- 1 Artigo baseado na Dissertação de Mestrado que leva o mesmo nome, defendida em janeiro de 2000, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisa apresentada na V Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).
- 2 Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Jornalista da EMATER/RS e Mestre em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- 3 Orlandi define os tipos de discursos como sendo: lúdico, polêmico e autoritário. O autoritário é aquele em que o referente está “ausente”, oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, polissemia contida (exagero é a ordem de sentido em que se diz: isso é uma ordem, sujeito passa a instrumento de comando). Em *A Linguagem e seu Funcionamento*. Campinas: Pontes, 1996.
- 4 Dados fornecidos em entrevista realizada em outubro de 1999.
- 5 Devido às limitações de espaço desse paper, não apresento os esquemas de locutores e enunciadores encontrados em cada recorte, limitando-me a esboçar algumas conclusões de cada análise.

Referências

- BERGER, Christa. *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.
- CANAL RURAL. Disponível em <http://www.zaz.com.br/rural>, capturado 18 de outubro de 1999.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Rio de Janeiro: Pontes, 1987.
- GÓMEZ, Hernán E. “Las noticias como ámbitos de

construcción de hegemonia discursiva”. In: *Comunicação & Política*. n. s., v.4, n. 1, p. 62-79.

MARIANI, Betânia. *O PCB e a imprensa*. Rio de Janeiro: Revan/UNICAMP, 1998.

MOTTA, Afonso. *RBS e Agronegócio*. Erechim, 16 de novembro de 1998. Palestra proferida no Fórum Permanente de Extensão Rural da EMATER/RS.

NORMAS EDITORIAIS/RBS: Porto Alegre, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A Linguagem e seu funcionamento*. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni, GUIMARÃES, Eduardo e TARALLO, Fernando. *Vozes e contrastes: o discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez, 1989.

PARANHOS, Adriana. Porto Alegre, 14 de outubro de 1999. Entrevista concedida à autora dessa dissertação pela Coordenadora de Telejornalismo do Canal Rural.

PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso*. In: GADET, F. e HAK. T. (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1990, p. 61-105.

Entrevistas e Palestras

MOTTA, Afonso. *RBS e Agronegócio*. Erechim, 16 de novembro de 1998. Palestra proferida no Fórum Permanente de Extensão Rural da EMATER/RS.

PARANHOS, Adriana. Porto Alegre, 14 de outubro de 1999. Entrevista concedida à autora dessa dissertação pela Coordenadora de Telejornalismo do Canal Rural.